

2 A Realidade Brasileira

2.1. A Desigualdade Social no Brasil

De acordo com o levantamento do IBGE, embora a renda per capita no país seja relativamente elevada para os padrões internacionais, a proporção da renda concentrada pelos 10% mais ricos da população brasileira se mantém estável, de 1981 a 2001, em torno de 47% da renda total. A distribuição irregular da renda e a conseqüente desigualdade social gerada vêm trazendo problemas cada vez mais preocupantes para todos, principalmente com o aumento recente dos índices de criminalidade nos principais centros urbanos.

No Brasil, as pessoas que têm um padrão de consumo semelhante ao da classe média norte-americana e européia estão entre as mais ricas do país. A Tabela 1 (página 16), gerada pelas tabulações especiais da Pesquisa Nacional por Amostragem de domicílios (PNAD/IBGE, 2001), mostra que um indivíduo com renda familiar per capita mensal de R\$640,00 já se encontrava entre os 10% mais ricos do país.

1% mais rico	Mais de 2500,00
10% mais ricos	Mais de 640,00
25% mais ricos	Mais de 306,08
50% mais ricos	Mais de 150,00
50% mais pobres	Menos de 150,00

Tabela 1: Renda familiar per capita (R\$ de setembro de 2001)

Os grupos “pobres” mais visíveis, como prestadores de serviços domésticos e as categorias inferiores do setor público são, no sentido estatístico, as verdadeiras camadas médias da sociedade brasileira, situando-se na parte central da distribuição de renda.

Os cerca de 56 milhões de pobres e indigentes do Brasil têm características bem delineadas, a saber:

- Crianças (mais de 50% das crianças com até 2 anos de idade estão na classe “pobres”);
- Afrodescendentes (representam 45% da população total, 63% dos pobres e 70% dos indigentes);
- Nordestinos ou moradores das regiões metropolitanas do Sudeste;
- Membros de famílias chefiadas por adultos de baixa escolaridade;
- Membros de famílias chefiadas por trabalhadores autônomos ou por empregados sem carteira assinada.

Além do número relativamente elevado de pobres e indigentes negros, os indicadores educacionais confirmam as desigualdades inter-raciais. Os dados do IBGE mostram que jovens brancos de 25 anos de idade tinham, em média, 2,3 anos de estudo a mais do que jovens negros com os mesmos 25 anos de idade.

O padrão de discriminação racial, expresso pelo diferencial na escolaridade entre brancos e negros, não só é significativamente elevado, considerando os níveis da escolaridade média dos adultos brasileiros, como, sobretudo, mantém-se estável ao longo das gerações.

Segundo os padrões internacionais de relacionamento entre renda per capita e proporção de pobres, caso a desigualdade brasileira fosse condizente com o grau de desenvolvimento econômico do país, o Brasil teria hoje 60% (ou mais de 30 milhões) a menos de pobres. No entanto, o Brasil se encontra acima dessa média esperada, ou seja, ele possui uma quantidade de “extremamente pobres” relativamente alta para seu nível de desenvolvimento econômico. De acordo com os dados, conclui-se que cerca de 40% dos pobres são frutos da escassez de recursos, enquanto os outros 60% são explicados pela má distribuição destes.

A proporção de pobres existente hoje no Brasil poderia ser considerada normal em um país com uma renda per capita 3,5 vezes menor que a nossa. Mesmo quando comparado a países latino-americanos com rendas per capita significativamente inferiores à brasileira, observa-se que o nível de pobreza em no

país é superior. A Bolívia e a Colômbia, por exemplo, possuem respectivamente 7,1% e 7,4% de pessoas vivendo na extrema pobreza, contra 28,7% no Brasil.

Um estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) buscou determinar a estratégia mais adequada para combater a pobreza, seja via crescimento da renda per capita, seja via redução da desigualdade, concluindo pela segunda, embora o ideal seja uma combinação destes dois caminhos.

2.2. Os investimentos Sociais no Brasil

Um trabalho realizado pela FIRJAN (2003) mostra ainda que o Brasil não gasta pouco na área social, como muitos acreditam. Pelo contrário, gasta-se muito e cada vez mais, porém ainda gasta-se mal, principalmente considerando-se que a prioridade das políticas sociais deveria ser a melhora da qualidade de vida das camadas mais pobres da população.

Em 2000, o gasto público social representou 86% da receita líquida da União, excluindo transferências constitucionais. Isso representa R\$ 170,7 bilhões, ou 15,7% do PIB (Estimativa do IETS).

O montante de recursos aplicados pelo Governo Federal na área social é, portanto, bastante expressivo, tendo em vista o nível de desenvolvimento econômico do Brasil. A previdência social, segundo demonstrado no Gráfico 1 (página 19), responde por cerca de 60% do gasto total, seguida pela educação e saúde, com 12% cada.

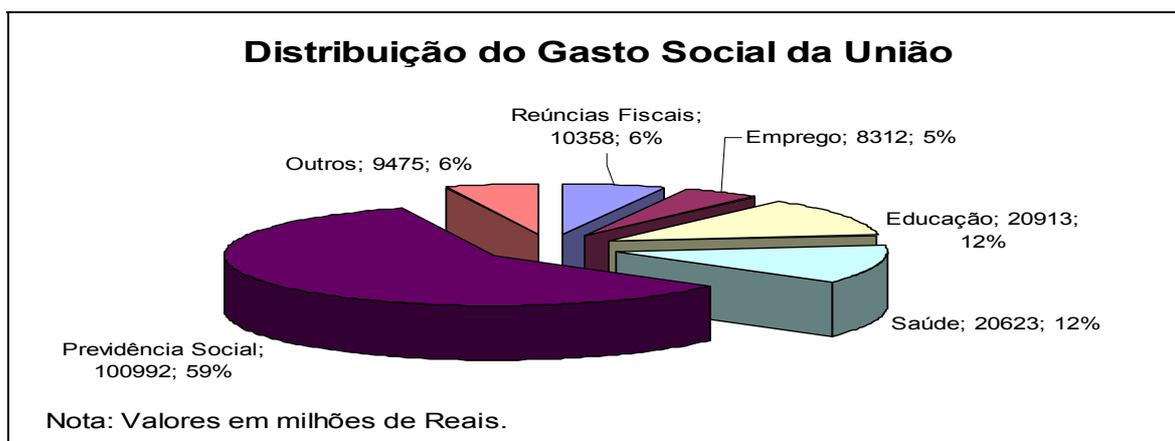


Gráfico 1: Distribuição do Gasto Social da União (Fonte: SPE / Ministério da Fazenda)

2.2.1. Educação

Desde a década de 70, estudos apontam a desigualdade de educação como a principal causa da má distribuição de renda no Brasil. Estudos sistemáticos realizados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) mostram que, numa comparação com outros países, não só a desigualdade educacional brasileira é particularmente intensa, como também o mercado de trabalho é especialmente discriminatório em favor dos mais educados.

Os gastos com educação em 2000 representaram R\$ 20,9 bilhões, ou seja, 12% do gasto social da União. No entanto, apesar dos esforços e resultados significativos já obtidos, o Brasil ainda possui um sistema educacional incompatível com seu nível de desenvolvimento.

Os indicadores quantitativos vêm registrando melhoras importantes. A universalização do acesso ao ensino fundamental, por exemplo, pode ser observado pela elevação da taxa de atendimento das crianças entre 7 e 14 anos de 92% em 1994 para 97% em 1999. Além disso, a taxa de repetência passou de 30% em 1995/6 para 21% em 1999/2000, e a de distorção idade-série caiu de 47% para 41% entre 1996 e 2000. Porém, os indicadores de qualidade ainda pouco se alteraram, embora tenham sido feitos importantes esforços também neste sentido.

O ensino médio, por outro lado, continua apresentando lacunas consideráveis, apesar do aumento expressivo de 44,5% no número de matrículas,

observado entre 1995 e 1999. O Governo Federal tem destinado apenas 10% dos recursos com educação para o ensino médio. Conseqüentemente, apesar da taxa de participação no mercado de trabalho dos jovens de 15 a 17 anos ter retraído de 36% em 1991 para 16% em 2001, as taxas de evasão no ensino médio continuam sendo significativas - cerca de 7%. Deixados à deriva pelo sistema educacional e, muitas vezes incapazes de ingressar no mercado de trabalho, muitos desses jovens acabam ingressando no mundo da criminalidade.

A falta de incentivo ao ensino médio também se reflete na inexistência de pobres no ensino superior. Exceto raras exceções, a rede pública de ensino médio não propicia aos seus alunos o nível de conhecimento exigido para ingressar nas universidades públicas, onde a competição por uma vaga acaba privilegiando aqueles que tiveram acesso ao ensino particular de melhor qualidade.

A universidade pública gratuita brasileira, por fim, é um exemplo de como a desigualdade é perpetuada. Analisando os dados da PNAD de 1999, é possível constatar que só têm acesso a ela os 40% mais ricos da população, e que 80% das vagas são preenchidas pelos 20% mais ricos.

2.2.2. Saúde

Dentre os gastos sociais, o sistema de saúde apresenta os níveis de focalização mais adequados. Os dados mostram, por exemplo, que 90% das internações hospitalares de pessoas no grupo dos 20% mais pobres brasileiros são feitas pelo Sistema Único de Saúde (SUS), o serviço público gratuito. No caso dos 20% mais ricos, esse percentual cai para 20%.

A maneira pela qual os recursos da saúde são aplicados também vem mudando, com a ênfase na descentralização e em procedimentos preventivos. A despesa com o Piso de Atenção Básica (PAB), conceito que prevê a transferência de recursos diretamente para os municípios na proporção do número de famílias atendidas, permitindo maior descentralização, representa hoje mais de 15% do gasto com custeio e investimento da área de Saúde.

Na área dos medicamentos, porém, o recente estudo mostra que os 10% mais pobres gastam um percentual da sua renda em remédios cinco a seis vezes maior do que o percentual gasto pelos 10% mais ricos. Não há um programa de reembolso dos medicamentos para as camadas mais pobres, como existe na maioria dos países desenvolvidos e em alguns países em desenvolvimento.

2.2.3. Trabalho

Em 2000, dentre os R\$ 6,8 bilhões gastos pela união na rubrica trabalho e emprego, dois terços estão associados ao seguro-desemprego. Sua concepção prevê a transferência de um benefício mensal, cujo valor varia de um salário mínimo a R\$ 374,20 (em julho de 2002) durante um período máximo de cinco meses, para todo trabalhador dispensado sem justa causa que comprove não possuir renda própria para o sustento de sua família.

Uma análise dos dados da PNAD de 1999, contudo, permite detectar algumas inconsistências. Repara-se, por exemplo, que 53% dos beneficiados estavam trabalhando e 35% estavam aposentados ao mesmo tempo em que recebiam o seguro-desemprego. Além disso, estas categorias (trabalhadores e aposentados) que por definição não deveriam ser contempladas recebem, na prática, benefícios superiores aos demais.

Já no que concerne à contribuição, cada cidadão recebe tratamento equânime, visto que o *funding* do seguro-desemprego provém de um imposto sobre o faturamento das empresas, não sendo progressivo em relação aos rendimentos individuais de cada trabalhador. Portanto, a sociedade arca, como um todo, pelo custo deste programa que beneficia apenas uma parcela restrita da população economicamente ativa (PEA), nem sempre bem selecionada.

Finalmente, quando analisada a eficácia do programa em termos de redução da pobreza, ou seja, sob uma ótica de programa assistencial, os resultados são igualmente insatisfatórios. De fato, apenas 23% dos recursos se destinaram aos pobres e indigentes, sendo que estes representam cerca de 34% da população. O valor do benefício, por sua vez, é insuficiente para retirar estas famílias da

pobreza, visto que o seguro constitui, freqüentemente, a única renda repartida por todos os membros da família.

O seguro-desemprego exemplifica o problema estrutural da desigualdade. Sua concepção favorece o trabalhador com carteira assinada, excluindo o trabalhador do setor informal (geralmente pobre), que não tem direito ao benefício. Salvo algumas exceções, todo o modelo assistencial do Estado foi desenhado para atender exclusivamente aos trabalhadores formais, mesmo sabendo que estes nunca representaram mais de 50% da população economicamente ativa. O restante (empregados sem carteira de trabalho assinada e trabalhadores autônomos, em geral pertencentes às camadas mais pobres da população) é excluído do sistema.

2.2.4. Previdência

O gasto com previdência e assistência social, incluindo as três esferas do governo, alcançou cerca de R\$132 bilhões em 2000, aproximadamente 12% do PIB. Isso equivale à cerca da metade dos gastos na área social e mais de um terço das despesas primárias do governo. Ao lado deste montante, outras rubricas da área social parecem insignificantes. Não faz sentido, portanto, falar de gasto social sem falar de previdência, ou, inversamente, falar de previdência sem contextualizá-la dentro do gasto público social.

Ao enxergar a previdência e a assistência social sob uma ótica de “programa social”, observa-se que os benefícios distribuídos são extremamente mal focalizados, sendo destinados majoritariamente às camadas mais favorecidas. Utilizando os dados da PNAD de 1999, chega-se a conclusões bastante reveladoras:

a) No agregado, os gastos com aposentadorias e pensões são diretamente proporcionais à renda per capita dos beneficiados para todas as camadas sociais – exceto para as mais pobres, para as quais estes gastos são proporcionalmente menores. Isso significa que, mesmo incluindo toda uma gama de benefícios sociais, tais como aposentadoria rural e Benefício de Prestação

Continuada, ambos desenhados especificamente para atender os mais necessitados, o efeito destas transferências é regressivo, pois agrava a desigualdade;

b) Corroborando o ponto anterior, a análise dos dados da PNAD de 1999 demonstra que o peso das aposentadorias e pensões no orçamento familiar tende a crescer quanto mais rica for a família. Os benefícios previdenciários representam apenas 12% da renda familiar dos indigentes, chegando a 20% para as camadas mais privilegiadas.

A análise dos dados desagregados aponta para outro fator preocupante. Com efeito, as transferências diretas variam também de acordo com características individuais, tais como cor, idade, sexo, região, área e posição na ocupação. Ou seja, segue estritamente a mesma direção que a distribuição de renda gerada pela economia, ao invés de atenuar as eventuais distorções.

A concentração excessiva do número de beneficiários nas camadas superiores leva a concluir que os programas assistenciais, apesar de bem desenhados, são excessivamente tímidos diante da magnitude dos gastos previdenciários.

2.3. Conclusão da Realidade Brasileira

Através dos fatos supracitados, verifica-se que, apesar dos esforços, o Governo não tem sido eficaz no combate a desigualdade social brasileira e, por isso, vem solicitando ao meio empresarial uma contribuição para solucionar esse problema.

O país hoje possui cerca de 56 milhões de pobres e indigentes, que enfrentam o grave problema da fome e que o atual Governo tem tentado ajudar através do Programa Fome Zero. Mais de 50% das crianças até 2 anos estão nessa situação, além de membros de família com baixo grau de escolaridade. Notas-se,

portanto, a importância de programas que foquem em crianças e na educação da população, para gerar melhores condições de ingresso ao mercado de trabalho, melhor distribuição de renda e afastar essa parcela da população do mundo da criminalidade.

Programas de combate à fome e de alfabetização da população, além do programa atual do Governo, Fome Zero, estarão, dessa forma, sendo incluídos na pesquisa, através da associação destes a marcas de refrigerante.